

Esperança Bias: a escolha que acabou com a esperança de Nyusi de dominar o Parlamento



Crédito: Jornal Notícias

Formada em Economia pela Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Esperança Bias entrou para o sector de minas em 1983, através da Empresa Nacional de Minas, e mais tarde trabalhou para a empresa Gemas e Pedras Lapidadas.

Em 1991, entra para o Ministério dos Recursos Minerais, onde assume sucessivamente as funções de Directora Adjunta do Carvão, Directora Adjunta de Economia e Directora de Economia, em 1998. No último mandato de Joaquim Chissano, Esperança Bias é nomeada vice-Ministra dos Recursos Minerais, cargo que exerceu até 2004.

Quando Armando Guebuza chegou à Presidência da República em 2005 promoveu Esperança Bias para Ministra dos Recursos Minerais, cargo que ocupou durante 10 anos.

A sua liderança no Ministério coincidiu com o boom dos recursos naturais: por um lado os enormes jazigos de carvão de Tete e, por outro, os triliões de pés cúbicos de gás natural que eram anunciados na Bacia do Rovuma.

A descoberta de recursos atraiu empresas multinacionais para Moçambique, com destaque para as mineradoras Vale, Riversdale, Rio Tinto, Jindal, e as petrolíferas Anadarko e Eni.

Para garantir uma governação transparente no sector dos recursos minerais e de hidrocarbonetos (petróleo e gás), Esperança Bias liderou as reformas legais que culminaram com a aprovação da Lei de Minas (Lei 20/2014, de 18 de Agosto) e da Lei de Petróleos (Lei 21/2014, de Agosto). Além de regular o sector, as duas leis reforçam a necessidade da publicação dos contratos mineiros e de hidrocarbonetos, um dos marcos mais importantes para a transparência na indústria extractiva.

Foi também na liderança de Esperança Bias que Moçambique aderiu à Iniciativa de

Transparência na Indústria Extractiva (ITIE), um programa global que visa melhorar a governação nos países ricos em recursos minerais e hidrocarbonetos através da divulgação de informações importantes do sector, como os pagamentos das empresas e as receitas colectadas pelo Governo. A iniciativa funciona também como um fórum de diálogo entre o Governo, empresas da indústria extractiva e sociedade civil, o que ajuda os cidadãos a formularem opiniões informadas sobre a forma como são geridos os recursos e as respectivas receitas.

No âmbito da implementação da ITIE, o Ministério dos Recursos Minerais lançou, em 2013, o portal de cadastro mineiro, uma plataforma que divulga informações sobre contratos, concessões mineiras, certificados mineiros, licença de prospecção e pesquisa, licença de reconhecimento e autorização de recursos minerais para a construção civil.

Os grandes projectos de carvão de Tete, das areias pesadas de Moma, e de gás natural da Bacia de Rovuma tiveram avanços significativos durante os dois mandatos de Esperança Bias como Ministra dos Recursos Minerais. Na verdade, foram cerca de 20 contratos mineiros e de exploração de hidrocarbonetos que a antiga Ministra assinou, além de milhares de licenças e certificados mineiros.

Entretanto, há pontos negativos que marcarão a gestão de Esperança Bias no Ministério dos Recursos Minerais, a começar desde

logo pelos excessivos benefícios fiscais concedidos às multinacionais do sector extractivo, minimizando os ganhos do Estado e das comunidades residentes em locais onde eram implantados os mega-projectos.

Em muitos casos, a concessão de áreas mineiras era feita sem salvaguardar os interesses das comunidades, situação que muitas vezes resultava em conflitos entre os locais e as empresas concessionárias. Os problemas de reassentamento das comunidades afectadas pelos projectos de carvão da Vale, Riversdale e da Jindal, todos em Tete, documentam a falta de atenção do sector público em proteger os direitos e interesses dos moçambicanos, os verdadeiros donos dos recursos.

O processo de atracção de investimento não foi acompanhado por programas de *capacity building* que iriam conferir aos gestores públicos melhor domínio do sector e das suas dinâmicas. Sem capacidade técnica para quantificar os seus recursos, o Estado dificilmente estaria em melhores condições de negociar contratos com empresas internacionais, algumas exímias em manipular a informação.

No âmbito da implementação da ITIE, o Ministério dos Recursos Minerais nem sempre publicava todas as informações consideradas relevantes para o conhecimento público. A Ministra sempre invocava o princípio de confidencialidade para não divulgar os contratos da indústria extractiva. Devido ao incumprimento de alguns princípios da iniciativa, Mo-

çambique perdeu a confiança dos parceiros internacionais e os recursos que disponibilizavam através do projecto MAGTAP. Tais recursos destinavam-se a financiar a elaboração de relatórios, sua disseminação, bem como a realização de reformas propostas na matriz de recomendações.

No subsector de minerais e pedras preciosas, a Ministra não conseguiu pôr ordem na corrida para a ocupação das zonas mais prósperas, sobretudo em Cabo Delgado e Manica, províncias com registo de sobreposição de áreas e muitos conflitos entre titulares de licenças e as associações locais. Milhares de licenças mineiras foram atribuídas a empresas sem competência técnica e capacidade financeira para desenvolver as actividades. Os beneficiários eram maioritariamente pessoas ligadas à elite política da Frelimo interessadas em traficar as licenças para obter ganhos imediatos.

Foi iniciativa do Ministério dos Recursos Minerais o polémico concurso para atribuição de concessões mineiras de carvão a moçambicanos. Até hoje pouco se sabe sobre o desfecho do processo, designadamente os moçambicanos que ganharam as licenças de exploração do carvão e os termos dos contratos assinados com o Estado.

Apesar da posição estratégica que ocupava, Esperança Bias não caiu na tentação de acumular licenças de áreas ricas em minerais preciosos e conseguiu sair do Ministério dos Recursos Minerais com uma ficha limpa.

Desafios da nova Presidente da Assembleia da República

A economista com carreira feita no sector dos recursos minerais vai agora dirigir o mais alto órgão legislativo do país, sendo por isso a segunda figura mais importante na hierarquia do Estado.

Esperança Bias tem desde logo o desafio de dirigir um Parlamento desequilibrado do ponto de vista de representatividade política: a Frelimo domina com 184 deputados, contra 60 da Renamo e 06 do MDM. A Presidente da Assembleia da República deverá fazer "jogos de equilíbrio" para evitar que a maioria qualificada da Frelimo sufoque o debate político através da ditadura de voto.

A legislatura que agora começa coincide

com o momento decisivo dos projectos de produção de gás da Bacia do Rovuma. Do Parlamento espera-se uma fiscalização efectiva do Governo no uso e gestão dos biliões de dólares de receitas que deverão começar a entrar durante o mandato 2020-2024. Além de reforçar a fiscalização das acções do Executivo, Esperança Bias tem o desafio de garantir que a Assembleia da República está aberta a ouvir e a aceitar as contribuições da sociedade civil, sobretudo quando se trata de debate de propostas legislativas que mexem com a vida da Nação. São disso exemplos as propostas de Orçamento de Estado, do Plano Económico e Social, e do esperado projecto de criação do Fundo Soberano.



Nyusi irá escapar do “inevitável” desejo de um terceiro mandato

A maioria qualificada no Parlamento e o início da entrada de biliões de dólares de receitas do gás da Bacia do Rovuma podem suscitar desejos de um terceiro mandato para Filipe Nyusi. A actual Constituição vigora desde 2018 e ela só pode ser revista cinco anos depois, ou seja, a partir de 2024, último ano da IX Legislatura e do segundo mandato de Nyusi.

A Presidente da Assembleia da República tem também o desafio de garantir que este órgão de soberania não existe para viabilizar interesses partidários que contrariam os valores republicanos.

Na VII Legislatura (2010-2014), a Frelimo quis tirar proveito da sua maioria qualificada (191 deputados) e desencadeou um processo de revisão da Constituição da República, uma iniciativa que foi vista como tentativa para acomodar um terceiro mandato de Armando Guebuza.

Perante receios e críticas contra uma revisão que procurasse acomodar interesses partidários, a Bancada da Frelimo submeteu, em Outubro de 2011, uma proposta pouco ambiciosa, sem alterações substanciais.

O proponente defendeu que o objectivo era de melhorar o texto constitucional, transformar o Conselho Constitucional em Tribunal Constitucional e tornar os vice-Ministros



Crédito: RFI

membros do Conselho de Ministros.

No fim de 2014, a Assembleia da República decidiu remeter para a VIII Legislatura o projecto de revisão da Constituição, um claro sinal de falta de interesse da própria Frelimo em concluir o processo que custou mais de 20 milhões de meticais. Era a vitória da ala que se opunha ao terceiro mandato de Armando Guebuza e abriu caminho ao

processo eleitoral interno que levou Filipe Nyusi ao poder.

Na revisão pontual da Constituição da República de 2018, a Frelimo não recuperou as suas propostas de 2011, nomeadamente a transformação do Conselho Constitucional em Tribunal Constitucional e dos vice-ministros em membros do Conselho de Ministros.

Comissão Política impõe um equilíbrio

Esperança Bias chegou à liderança da Assembleia da República contra a vontade do presidente da Frelimo, Filipe Nyusi, que tinha como apostas Basílio Monteiro (serviu como Ministro do Interior) e Carlos Agostinho do Rosário (foi Primeiro-Ministro).

A decisão da Comissão Política de impor Esperança Bias para líder do Parlamento revela a correlação de forças existente na direcção máxima do partido no poder. Mais ainda, a resignação de Filipe Nyusi face à escolha de uma figura-chave na governação de Armando Guebuza para dirigir o órgão que vai fiscalizar o seu governo mostra um sentido de democracia dentro da Frelimo.

“

Esperança Bias assume-se como natural de Nampula e Filipe Nyusi é de Cabo Delgado, o que significa que as duas figuras do topo da hierarquia do Estado são da zona norte. Um problema que pode ser corrigido na formação do próximo Governo

Teoricamente, fica afastada a hipótese de o presidente do partido no poder usar a Assembleia da República para legitimar “incurções” contra a ala “Guebuzista” implicada nas dívidas ocultas, com a qual Nyusi parece ter cortado qualquer pacto de protecção.

Mas a escolha da Comissão Política levanta um problema de desequilíbrios regionais, um tema caro à Frelimo quando está em causa a distribuição de cargos públicos relevantes. Esperança Bias assume-se como natural de Nampula e Filipe Nyusi é de Cabo Delgado, o que significa que as duas figuras do topo da hierarquia do Estado são da zona norte. Um problema que pode ser corrigido na formação do próximo Governo.



INFORMAÇÃO EDITORIAL

Propriedade: CDD – Centro para a Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: João Nhabanga Tinga
Autor: João Nhabanga Tinga

Equipa Técnica: João Nhabanga Tinga, Agostinho Machava, Ilídio Nhantumbo, Denise Cruz, Isabel Macamo.

Layout: CDD

Contacto:
Rua Eça de Queiroz, nº 45, Bairro da Coop, Cidade de Maputo - Moçambique
Telefone: 21 41 83 36

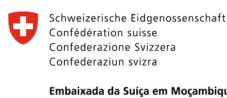
 Centro para Democracia e Desenvolvimento

 CDD_eleicoes | **E-mail:** info@cddmoz.org | **Website:** www.cddmoz.org/eleicoes

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



Comissão Episcopal de Justiça e Paz,
Igreja Católica



Embaixada da Suíça em Moçambique



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO